III Congresso Internacional
das Licenciaturas
COINTER - PDVL2016

O TRABALHO COM PRODUÇÃO ESCRITA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO DOCENTE

Apresentação: Comunicação Oral

Marcelo Ricardo Moreira¹; Estefânia Mirelly de Lima Silva²

Resumo

A referida pesquisa traz uma abordagem acerca do desenvolvimento da escrita em sala de aula, pautado no uso do texto como elemento base nesse processo. Foram utilizadas, para embasamento teórico, fontes científicas de autoria de KOCH (2010), GERALDI (1997) e MARCUSCHI (2008). Para obtermos dados como forma de estudos crítico e analítico, foi desenvolvida uma pesquisa de campo em uma escola da rede pública do município de Escada - PE, em que aplicamos um questionário a 04 (quatro) professores de Língua Portuguesa, através do qual se buscou compreender como se dava o processo de ensino aprendizagem da produção textual em turmas do 9º ano e também observação das práticas utilizadas durante o desenvolvimento da referida atividade, refletindo assim sobre a ação docente nesse contexto. Assim, a partir de observações realizadas em sala de aula e aplicação de questionários aos sujeitos da pesquisa, configurando uma metodologia de abordagem qualitativa, foram obtidos resultados que confirmaram a potencialização do uso de atividades que envolvam a produção escrita em sala de aula para um eficaz aprendizado no ensino da linguagem, porém trabalhada de forma arbitrária, o que não proporciona a formação de produtores proficientes, críticos e interativos. Contudo, os resultados indicam que as atividades de produção textual nas escolas devem ser repensadas, tornando a escrita mais atraente e significativa nos seus diversos contextos. Isto contribuirá para a qualificação da prática de ensino desenvolvida em sala de aula seja levada a uma criteriosa reflexão, objetivando rever que práticas de linguagem estão sendo utilizadas para o trabalho com a escrita na escola.

Palavras-Chave: Produção Textual, Prática Docente, Ensino aprendizagem, Reflexão

Introdução

Nos últimos anos, muitas mudanças vêm ocorrendo no ensino de Língua Portuguesa, modificações estas que visam tornar o trabalho com a língua bem mais proveitoso e prazeroso, levando o aluno a refletir sobre o uso que faz da linguagem em sua vivência na perspectiva de intensificar a concepção de que o trabalho com textos é fundamental no processo de ensino aprendizagem da língua.

¹ Pós-graduado em Letras, professor de Língua Portuguesa da rede privada do município de Escada – PE, cello_moreira@hotmail.com.

² Licenciatura em Química – IFPE – Campus Vitória de Santo Antão, ester.ia@hotmail.com

De acordo com os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) o texto precisa ser unidade básica para o ensino de Português, uma vez que possibilita maior interatividade com a língua e a sociedade, pois o objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa consiste em levar o aluno a:

Utilizar a linguagem na escuta e produções de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos e considerar as diferentes condições de produção do discurso (BRASIL, 1998, p. 55)

Neste sentido, sendo o texto um instrumento essencial ao trabalho com a linguagem, uma atividade primordial ao desenvolvimento crítico/interativo do aluno é a prática da produção escrita, a qual se tornou foco de grande polêmica no âmbito escolar, mais precisamente pelos professores de Língua Portuguesa, devido ao desinteresse por parte dos alunos e da recusa destes ao praticar tal atividade. Tanto desinteresse dá-se devido a esta não ser praticada com frequência e, quando desenvolvida, sua essência não é explicitada, permanecendo ainda a insistência em uso de práticas rotineiras, mecanizadas e um cumprimento de atividade do plano de aula.

No entanto, o aluno para entender a produção textual como essencial ao seu desenvolvimento sócio interacional, precisa ser motivado, entender que sua produção tem importância, que é uma expressão do seu pensamento, precisa, na verdade, ser colocado em situações que perceba a verdadeira funcionalidade desta atividade. Assim, a escola tem a incumbência de garantir aos alunos a competência da produção escrita, necessária para a participação autônoma nas diferentes práticas sociais. Como pontuam os PCNs:

Sabemos que a escola tem a função de promover condições para que os alunos reflitam sobre os conhecimentos construídos ao longo de seu processo de socialização e possam agir sobre (e com) eles, transformando-os, continuamente, nas suas ações, conforme as demandas trazidas pelos espaços sociais em que atuam. Assim, se considerarmos o papel da Língua Portuguesa é o de possibilitar, por procedimentos sistemáticos, o desenvolvimento das ações de produção de linguagem em diferentes situações de interação. (BRASIL, 1998, p. 27)

Diante disso, o processo de aprendizagem do texto escrito deve ser trabalhado levando-se em consideração uma atividade epilinguística, que propõe uma reflexão sobre o texto lido/escrito e da operação sobre ele, explorando-o em suas diferentes possibilidades de realização, não se detendo assim a uma atividade linguística essencialmente voltada para o ato de ler e escrever.

Desse modo, o presente estudo visa apresentar a importância das atividades de produção escrita no contexto escolar para o desenvolvimento sociointerativo do educando, uma vez que permitirá aos profissionais uma recondução de suas práticas pedagógicas, considerando tal atividade essencial à atuação do estudante em seu meio de vivência.

Fundamentação Teórica

1 O texto como elemento base para o ensino de língua

A discussão acerca do ensino de Língua Portuguesa, tendo com unidade principal o texto, vem se tornando cada vez mais abrangente, explorada entre estudiosos e, principalmente, nos PCNs (1998), deixando de ser novidade, portanto, o deslocamento dos eixos de ensinar-aprender de língua materna de um ensino normativo para um ensino procedimental, em que os usos da língua no que se referem à leitura e produção textual são valorizados. Neste sentido, a comunicação linguística não se dá em unidades isoladas, tais como morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, que são os textos. Sobre isso, afirma os PCNs:

Não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de extratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas/frases, descontextualizadas, são normalmente tomadas como exemplo de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto. (BRASIL, 1998, p.23).

Nesse sentido, o texto deve ser entendido como essencial ao trabalho com a língua portuguesa no contexto de ensino, não devendo ser usado como pretexto para aplicação de outras atividades que envolvam a língua. Precisa-se, no entanto, ter conhecimento do que deverá ser estudado ao trabalhar com tal elemento. Acerca disso, aponta os PCNs (1998, p. 45): “Ainda que a unidade de trabalho seja o texto, é necessário que se possa dispor tanto de uma descrição de elementos regulares e constitutivos do gênero, quanto de suas particularidades”. Assim, faz-se necessário o entendimento do texto em seus diversos aspectos para sua devida exploração no processo de ensino de linguagem.

Nessa perspectiva de se obter o texto como unidade de ensino, é necessário que o professor reflita sobre o conceito de texto, não se limitando a uma organização de palavras ou frases, indo mais além, entendendo-o como processo, fenômeno linguístico de caráter social, histórico e interativo. Como já disse Maingueneau (1986, p. 82), citado em Marcuschi (2008,

p. 55) “ao falar de texto, colocamos o acento sobre aquilo que lhe confere uma unidade, que o torna uma totalidade e não um simples conjunto de frases”.

Pensar em prática de produção escrita e no texto como elemento direcionador do trabalho com a linguagem é pensar em outra fundamental atividade no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, que é a prática da leitura, ou seja, tais atividades precisam obter uma relação de interdependência, uma necessita da outra, porém muitos ainda as vêem como independentes. Souza e Cavéquia (2005, p. 20) confirmam: “ler e escrever devem ser considerados dois atos inseparáveis. A prática da leitura fornece à escrita, ou seja, quem tem o hábito de ler textos diversos tem mais condições de refletir sobre idéias e formular suas opiniões”.

Só formaremos sujeitos proficientes na escrita caso sejam despertados ao desenvolvimento de atividades relacionadas à prática constante da leitura. É através dela que o indivíduo reflete, questiona, formula ideias, constrói argumentos e interage em seu meio de vivência.

O aluno, para entender a produção escrita como relevante ao seu desenvolvimento social e discursivo, precisa enxergar sua produção como um meio de interação no âmbito de sua vivência, perceber a verdadeira funcionalidade do texto, que é não apenas de transmitir informação, mas também de construir conhecimento e manter a linguagem em uso e de forma dinâmica no contexto discursivo.

Assim, dificuldades são sempre evidentes e necessárias, pois servirão como norteio para o professor criar estratégias que possibilitem um ato de escrever prazeroso. Logo, a intervenção com o objetivo de suprir necessidades do educando e auxiliá-lo no processo da escrita são primordiais, evitando correções por meio de castigos, pois agindo assim pode causar desestímulo ou repressão no aluno. É nesse contexto que o docente deve realizar uma prática de análise linguística que inclua tanto os aspectos gramaticais quanto questões amplas acerca do texto, objetivando refletir sobre a prática da produção escrita dos alunos no cotidiano escolar.

Sendo assim, pensar no ensino de língua sem pensar no texto como elemento base para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, sem mostrar a funcionalidade da língua e suas várias possibilidades de uso no contexto do falante, não se vai atingir um aprendizado significativo, havendo apenas aplicação de regras e crescendo cada vez mais a apatia dos alunos quando se fala em “aula de português”, mais precisamente “produzir textos”.

2 A produção escrita no contexto escolar: reflexões acerca da ação docente

Elenca-se como principal objetivo do ensino da Língua Portuguesa desenvolver a competência da comunicação em geral, para isso faz-se necessário, no entanto, ampliar o foco do trabalho voltado para a oralidade, leitura e escrita. Não se fala aqui em ensinar ao aluno a escrever e/ou falar, mas mostrá-lo como se desenvolvem a oralidade e a escrita e como utilizá-las em situações comunicativas diversas.

Se reportarmos-nos à década de 30, percebemos a vigência de um paradigma tradicional do ensino de língua, que visava apenas ensinar o aluno a escrever, ler e se expressar com clareza razoável, como afirma Marcuschi (2008, p. 65), o que hoje não atende mais as necessidades dos sujeitos. Nessa perspectiva, era dever do aluno redigir um texto com início, meio e fim, contendo 03 ou 04 parágrafos, como pregava o professor em sala de aula, sem nenhum embasamento teórico, sem realização de leituras e discussões prévias. Ao docente, cabia-lhe corrigir os erros ortográficos e verificar se no texto constava a estrutura prévia apresentada, não levando em consideração o processo de interatividade, uso e reflexão da língua.

No século XX, houve mudanças de paradigmas, reagiu-se à pedagogia tradicional e agora a valorização centrava-se na interação entre sujeitos e a aprendizagem passou a centralizar-se no aluno. Mudanças emergiram, outras necessidades forma surgindo e agora a produção escrita integrava-se firmemente às aulas de Língua Portuguesa, assim o texto começa a ser visto como processo e não como produto.

Acerca da atividade escrita no desenvolvimento do aluno, prescreve Geraldi:

Considero a produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida (e ponto de chegada) de todo processo de ensino/aprendizagem da língua. E isto não apenas por inspiração ideológica de devolução do direito à palavra às classes desprivilegiadas, para delas ouvirmos a história, contida e não contada, da grande maioria que hoje ocupa os bancos escolares. Sobretudo é porque no texto que a língua – objeto de estudos – se revela em sua totalidade quer enquanto conjunto de formas e de seu reaparecimento, quer enquanto discurso que remete a uma relação intersubjetiva constituída no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões” (GERALDI, 1997. p. 135).

Segundo o autor, não há como divorciar o texto da escola, pois é nele que a língua se materializa, isto é, se a escola é o lugar em que se formam pessoas que devem exercer sua cidadania de forma consciente, isto significa que se faz necessário rever as distorções da prática do ensino da produção textual, dentre as quais, destacamos:

1. A prática de uma atividade mecânica, centrada na memorização de regras ortográficas, a realização de uma atividade que se limita a criação de palavras e construção de palavras totalmente descontextualizadas, as quais se tornam vazias de sentido e intenções por estarem totalmente desarticuladas de um contexto comunicativo;
2. A prática de uma escrita sem qualquer funcionalidade, realizada apenas como mero exercício e desvinculada do valor interacional, enfim, a prática de uma atividade que se limita a exercitar aspectos não relacionados ao aprendizado da língua, como por exemplo, a escrita apenas para o estudo de aspectos gramaticais.

Percebe-se, no entanto, um mau uso da atividade escrita, visando apenas uma forma mecanizada do trabalho com a língua, um exercício de “preenchimento de tempo”. No entanto, tendo o texto como unidade básica para o ensino da língua portuguesa, como nos afirmam os PCNs (1998, p. 55), a produção escrita torna-se, neste sentido, a atividade essencial no contexto escolar, sendo primordial ao desenvolvimento linguístico e comunicativo do aluno, como afirma Koch (1998):

A produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades; trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal; é uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual. (KOCH, 1998. p. 85).

Para que o aluno entenda que a produção escrita tem um fim social, este precisa ser colocado em situações em que perceba tal funcionalidade, por exemplo, os alunos de uma determinada série estão promovendo uma feira cultural, para divulgá-la o professor solicita que produzam uma notícia a fim de publicá-la no jornal da cidade. Neste caso, cria-se uma situação em que a escrita tem função social, uma vez que foi utilizada para informar algo à sociedade.

Porém, ainda nos deparamos com propostas de produção servindo apenas como exercício escrito para ser corrigido pelo professor. Esse ainda é um grande problema, o aluno elabora um texto simplesmente para obtenção de nota, entendendo-o como sendo apenas para levar informações ao professor, que na correção destes textos restringe-se a uma prática gramaticalista de avaliação, na qual apenas marcam erros existentes, como ortografia, concordância, pontuação, não levando em consideração a produção em si, os argumentos, a

exposição das ideias, o conhecimento do produtor acerca do tema, aspectos considerados relevantes ao aprendizado dessa atividade.

Diante desse contexto, observamos tanto desinteresse por parte do aluno quando a atividade é produzir texto e em exames é a questão que mais dificulta o candidato, isso por não ser atividade frequente em sala de aula e, quando trabalhada, sendo de forma errônea, sem despertar o desejo no aluno em realizá-la. Percebe-se, no entanto, que a escola na sua trajetória falseia as condições de escrita e não concede ao estudante uma prática interativa da língua.

Assim, tratar a produção escrita visando o cumprimento de exigências do professor possibilita a desmotivação por parte do aluno/produtor, deixando de mostrar seu estilo próprio, objetivando apenas atender a um único leitor, o professor e conseguir uma boa nota e ao professor caberá apenas corrigir e valorizar uma correção puramente gramatical.

Logo, percebe-se a necessidade de uma modificação nos quadros das escolas no que diz respeito às atividades de escrita, sendo desenvolvidas numa perspectiva interacionista, em que os produtores sejam ativos, sintam o desejo pela escrita, produzam por prazer, sendo analisadas ideias, articulação de argumentos e que estabeleça uma relação com uma variedade de leitores, inseridos em vários contextos de uso. Trabalhando desse modo, o docente estará, efetivamente, colaborando para que o aluno desenvolva e aprimore sua competência comunicativa, tornando-o apto a usar melhor a língua, não apenas como modelo estrutural, sistemático, de correção de regras, mas também na atuação em práticas discursivas voltadas às diversas situações sociocomunicativas.

Metodologia

A referida pesquisa configura-se em uma abordagem de cunho qualitativo e descritivo e foi desenvolvida em uma escola da rede pública do município de Escada - PE, em que, além da observação sistemática de aulas de Língua Portuguesa em turmas do 9º ano, que segundo Richardson (1999, p. 261) “é uma estrutura determinada onde serão anotados os fatos ocorridos e a sua frequência”, aplicamos um questionário a 04 (quatro) professores do referido componente curricular, que de acordo com Lakatos e Marconi (2006, p. 203) “é constituído por várias regras de perguntas, que devem ser respondidas por extenso e sem a intervenção do entrevistador”.

Os referidos instrumentos nos levaram a compreender como se dava o trabalho com a produção escrita no 9º ano, fornecendo-nos dados para desenvolvimento de estudo crítico e analítico.

Resultados e Discussão

Durante as observações das aulas de Língua Portuguesa, objetivou-se perceber como se dava o desenvolvimento de atividades relacionadas à prática da produção textual, se atendiam às necessidades dos discentes e favoreciam a formação de indivíduos críticos, capazes de refletir sobre o uso que fazem da linguagem em contextos discursivos. No entanto, observou-se uma prática de escrita descontextualizada, distante dos propostos pelos PCNs (BRASIL, 1998), que evidencia: “o texto precisa ser unidade básica para o ensino de Português, uma vez que possibilita maior interatividade com a língua e a sociedade”, pois o objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa consiste em levar o aluno a:

Utilizar a linguagem na escuta e produções de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos e considerar as diferentes condições de produção do discurso (BRASIL, 1998. p. 55)

Aspectos que não estavam sendo contemplados pelas práticas docentes utilizadas durante as observações no desenvolvimento de atividades escritas, uma vez que, na maioria das vezes, eram propostas descontextualizadas, desvinculadas da prática de leitura e desassociadas do processo discursivo/interativo, sendo trabalhadas de forma mecânica, apenas como um fator de comunicação professor/aluno e uma transcrição da linguagem oral para a escrita, utilizadas numa perspectiva puramente avaliativa, em que se pontuavam os erros e devolvia ao aluno, sem que houvesse a prática da refacção textual.

Situação que vai de encontro ao proposto por Geraldi (1997), acerca da atividade escrita no desenvolvimento do aluno:

Considero a produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida (e ponto de chegada) de todo processo de ensino/aprendizagem da língua. E isto não apenas por inspiração ideológica de devolução do direito à palavra às classes desprivilegiadas, para delas ouvirmos a história, contada e não contada, da grande maioria que hoje ocupa os bancos escolares. Sobretudo é porque no texto que a língua – objeto de estudos – se revela em sua totalidade quer enquanto conjunto de formas e de seu reaparecimento, quer enquanto discurso que remete a uma relação intersubjetiva constituída no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões” (GERALDI, 1997, p. 135).

Percebe-se, no entanto, um distanciamento entre a teoria e a prática vivenciada, uma vez que os docentes apresentam conhecimentos teóricos, porém não os executam na vivência diária em sala de aula. Em decorrência disso, os alunos têm apresentando uma apatia terrível às aulas de Língua Portuguesa, mais especificamente quando a atividade é produzir textos.

De acordo com os PCNs (1998) o ensino de língua precisa ser vivenciado de forma contextualizada, em que o texto seja base no processo, visando uma maior interação do aluno com a linguagem e o meio social e fazendo uso da língua de modo variado. Isto é, o ensino da Língua Portuguesa deve destinar-se ao preparo do aluno para lidar com a linguagem e sua diversidade de uso e manifestação no convívio social.

Durante as observações, detectamos certa dificuldade por parte dos professores ao trabalhar a produção textual, sendo a mais evidente a desmotivação e desinteresse por parte do aluno, mostrando apatia pela referida atividade, no entanto, tal situação é decorrente da prática docente utilizada, uma vez que se limita a técnica de escrita, sem haver nenhum envolvimento linguístico/crítico/reflexivo do aluno, sem mostrar-lhe a verdadeira essência de sua produção.

Contudo, percebe-se uma grande necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas desenvolvidas por determinados docentes ao se trabalhar a produção escrita, a fim de que se atendam as necessidades dos educandos e às propostas dos documentos oficiais que regem o processo educativo, para tanto, se faz necessário repensar o trabalho com as práticas de leitura e produção escrita no contexto escolar.

Ao indagarmos acerca do uso do texto como unidade básica ao ensino de língua, obtivemos respostas próximas ao proposto pelos PCNs, mas que não abrangem a real importância desse fator. Assim, a maioria dos docentes pesquisados afirmou ser importante devido ao fato de se trabalhar de forma contextualizada, o que não explicita a real necessidade e importância desse mecanismo, não sendo evidenciado o que desenvolve no aluno e como o aluno aprende com essa prática. Trabalhar de forma contextualizada não se restringe apenas ao uso do texto em sala de aula, mas a forma como se é utilizado, assim, usar esse mecanismo para extração de conteúdos gramaticais, apenas, não é contextualização, designa-se uso do texto como pretexto para o ensino de língua. Acerca disso nos orientam os PCNs (1998):

Ainda que a unidade de trabalho seja o texto, é necessário que se possa dispor tanto de uma descrição de elementos regulares e constitutivos do gênero, quanto de suas particularidades. Assim, faz-se necessário o entendimento do texto em seus diversos aspectos para sua devida exploração no processo de ensino de linguagem. (BRASIL, 1998, p. 35)

Apenas um dos pesquisados afirmou que a relevância do trabalho com o texto no desenvolvimento das aulas de Língua Portuguesa consiste em propiciar ao aluno maior interatividade e discursividade no uso da linguagem, um processo dinâmico, em que os sujeitos contextualizam o conhecimento partilhado, uma vez que o estudo descontextualizado limita o processo de ensino aprendizagem do educando. Percebe-se, no entanto, sua correspondência com o proposto pelos PCNs (1998):

Não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de extratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas/frases, descontextualizadas, são normalmente tomadas como exemplo de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto. (BRASIL, 1998, p.23).

Pensada e aplicada dessa forma, a aula de Língua Portuguesa consistirá em um processo dinâmico e reflexivo, em que o aluno é autor do processo de aprendizagem.

Em se tratando do desenvolvimento da produção textual em sala de aula, questionou-se que práticas os docentes utilizavam no desenvolvimento da atividade de produção escrita, e todos os pesquisados apresentaram as mesmas condições, enfatizando trabalhar todo um processo de conhecimento prévio, discussões sobre a temática a ser trabalhada, leitura de textos, para posteriormente haver a produção escrita, o que é essencial à prática dessa atividade. Conforme afirma Koch (1998):

A produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades; trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal; é uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual. Le dá mais do que pensamos (KOCH, 1998, p. 85).

Assim, a produção escrita não deve ser desarticulada das práticas de vivência nem dos conhecimentos prévios do sujeito/produtor, deve ser um processo dialógico, interativo, em que seja evidenciado o uso da linguagem. No discurso dos docentes percebemos isso, porém durante algumas observações de aulas no desenvolvimento da referida atividade, apenas um aplica da mesma forma que foi respondido, os demais desenvolveram a atividade de forma descontextualizada, apenas solicitando uma redação que seria para obtenção da 1ª nota bimestral.

Nesse contexto, evidenciamos que as atividades de produção escrita têm sido desenvolvidas apenas como mero exercício avaliativo, sendo usadas como pretexto para o ensino de língua, servindo para uma prática de correção puramente gramaticalista, desvinculada totalmente do processo de uso/reflexão da língua, em que os PCNs (1998, p. 19) trazem à tona a dimensão interacional e discursiva da linguagem e a contemplam como fator essencial à participação ativa do sujeito na sociedade, enfatizando ainda que os conteúdos vivenciados em sala devem estar pautados em dois eixos: o uso da língua e a reflexão sobre seu uso, ou seja, a sua funcionalidade no meio de vivência e a reflexão do sujeito sobre sua atuação enquanto ativo nas práticas sociais.

Conclusões

Sabemos que atualmente as discussões acerca do ensino de Língua Portuguesa no contexto escolar vêm se expandindo, mais precisamente a utilização do texto como unidade base para esse ensino, concedendo ao aluno maior interatividade com os sujeitos e a utilização da linguagem em diversos contextos de uso. Assim, as propostas evidenciam um trabalho relacionado a dois eixos temáticos, o uso e a reflexão da linguagem, contemplando a aplicabilidade linguística nos contextos discursivos e a reflexão do sujeito sobre a linguagem utilizada. Logo, tratar a língua de forma materializada, descontextualizada e fragmentada, já não atende mais as necessidades dos indivíduos, enquanto agentes ativos do processo de comunicação.

O trabalho com a linguagem desenvolvido de forma interativo e reflexivo torna-se fundamental, uma vez que visa à formação de indivíduos críticos, capazes de refletir sobre o uso que fazem da linguagem. Para tanto, esta pesquisa se revestiu de grande importância ao se constatar que os profissionais da educação em sua maioria se mostram como seres que compreendem a relevância da atividade de produção escrita no processo de ensino aprendizagem da língua, porém não aplicam em suas práticas diárias, distanciando os referidos estudos do campo linguístico do aluno. No entanto, buscou-se construir caminhos para que o desenvolvimento do trabalho com produção escrita seja numa perspectiva interacionista, em que o texto seja unidade base no processo e não apenas um pretexto para uma prática “aparentemente” contextualizada.

Entende-se, assim, que o trabalho com a produção textual não pode restringir-se a uma prática mecânica de escrita, em que o aluno seja forçado a escrever. Para tanto, esta pesquisa trouxe contribuições no sentido de evidenciar a relevância do texto no que se refere ao

trabalho com a produção escrita em sala de aula, levando o educando a perceber sua produção como um mecanismo de interação entre sujeitos e não como mero texto informativo utilizado para cumprimento de avaliação.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção do sentido**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____, ELIAS, Maria Vanda. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Cassia Garcia de. e CAVÉQUIA, Maria Aparecida Paganini. **Linguagem: criação e interação**. São Paulo: Saraiva, 2005.